

GT - CÓDIGO DE MINERAÇÃO - DECRETO-LEI 227/67

REQUERIMENTO Nº , DE 2021.

(Do Sr. Roman)

Requer a realização de Audiência Pública para promover discussão sobre financiamento e inovação para a indústria mineral, no contexto do Grupo de Trabalho criado para avaliar oportunidades de aperfeiçoamento do Código Mineral (Decreto-Lei 227/67).

Senhor Coordenador,

Requeiro, com fundamento nos artigos 212 e 213 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e no Ato da Mesa nº 80, de 4 de junho de 2019, a realização de **Audiência Pública** no âmbito do Grupo de Trabalho criado para avaliar oportunidades de aperfeiçoamento do Código Mineral (Decreto-Lei 227/67), com a finalidade de debater as estratégias e políticas visando ampliar as opções de financiamento para o setor mineral, com destaque para as micro, pequena e médias empresas, bem como as oportunidades para o financiamento da inovação tecnológica para esses segmentos da indústria mineral.

Nesse sentido, sugerimos a participação de 1 (um) representante de cada uma das entidades abaixo listadas:

- Agência para o Desenvolvimento e Inovação do Setor Mineral Brasileiro (ADIMB);
- Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral e Mineração (ABPM);
- Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para Construção (ANEPAC);
- [B]³ – Bolsa de Valores do Brasil;



- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
- Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI);
- Comissão Brasileira de Recursos e Reservas (CBRR);
- Conselho de Mineração (COMIN), da Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii)
- Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM);
- Mining Hub [iniciativa de Inovação Aberta do setor mineral];
- Organização das Cooperativas do Brasil (OCB);
- Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM), do Ministério de Minas e Energia (MME).

JUSTIFICAÇÃO

Um dos segmentos mais estratégicos da nossa economia, o setor mineral, faturou, apenas no 1º trimestre de 2021, cerca de R\$ 70 bilhões e repassou aos cofres públicos R\$ 24,2 bilhões em tributos e encargos. Há fatores que motivam a expansão da atividade, como demanda aquecida pelos minérios e sua valorização no mercado internacional. Essa situação coloca a mineração brasileira no radar para receber novos e importantes investimentos. Mas há lacunas na questão de linhas de financiamentos específicas para o setor mineral que precisam ser resolvidas.

Mesmo com números expressivos, o Brasil está um tanto distante das melhores práticas mundiais para os financiamentos do setor mineral. Há consenso de que existe um espaço considerável para a evolução dos mecanismos aqui no Brasil, visto que as características econômicas-operacionais da indústria mineral e sua elevada taxa de risco, principalmente na etapa de exploração, demandam modalidades de financiamento específicas.

Os desafios são maiores ainda para as micro, pequenas e médias empresas de mineração, que têm grande demanda não apenas para linhas de crédito e de financiamento adequadas à sua realidade, mas também para realizar investimentos em modernização de suas operações, o que é fundamental para ampliar a competitividade de seus produtos, além de



contribuir para aumentar a sustentabilidade, por meio da adoção de novas tecnologias para redução dos impactos ambientais e sociais causados pela atividade mineral.

Neste contexto, a audiência pública visa promover um debate altamente qualificado entre os principais atores do setor mineral, visando a discussão de políticas públicas que poderiam ser direcionadas para o fortalecimento principalmente das micro, pequenas e médias empresas de mineração, no acesso ao financiamento para suas operações e inovação.

Grupo de Trabalho, em de agosto de 2021.

Deputado Federal ROMAN
PATRIOTA - PR



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Roman
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218883786700>

